

O QUITANDINHA QUIMBUNDO

Filipe Graciano [1]

Renata Aquino[2]

O título sugere um processo que está no andamento das descobertas, das ressignificações, dos atravessamentos, dos afetos, das alteridades, o que faz com que este texto tenha o ímpeto de contar o que foi descoberto, prevendo que ainda estão por vir mais estudos que movimentem esse processo, na *kutanda*, no Quitandinha.

É um processo cheio de nuances que começam nas lacunas da nossa história e do que foi escolhido para ser chamado de histórico. A realidade brasileira é permeada por consequências de políticas higienistas, mas há locais em específico cujas participações de intelectuais negras tendem a ser negadas de forma mais acentuada devido a outros fluxos de populações, como cidades que receberam colonos alemães, italianos etc. Deve ser observado que nesses lugares de colônias povoadas por europeus, não houve contingente suficiente que desfizesse a incontestável presença populacional, técnica e intelectual africana e afrodescendente livre, liberta e escravizada durante 350 anos.[3]

Petrópolis tem uma história com início, meio e fim começando pela chegada do imperador e pelos colonos europeus e, posteriormente, a construção de uma cidade. Tem um marco legal, um decreto de fundação de 1843 que, para a oficialidade, passa a existir como se, no papel, 166 anos de experiência acumulada pudessem ser abstraídos. Apesar de um decreto, Petrópolis, como as demais cidades, começa nas periferias, nos pousos, nos povoados, no entorno, esse é o processo de urbanização. Assim, fora das vias ortodoxas dos acervos daquilo que alguns chamam da fundação da cidade de Petrópolis, consta que dezesseis africanos e descendentes se estabeleceram na região atualmente conhecida como Fazenda Inglesa.

O registro é de Hugo José Kling, que assina como Mont Fleur as publicações dos dias 13 e 14 de maio de 1932, intituladas “Quilombo da Vargem Grande”, no jornal *Tribuna de Petrópolis*, que publicou os relatos de quem ajudou a fundar o primeiro bairro negro, Dona Teresa e Pai José. Nesses relatos, eles contam sobre os colonos negros fundadores que se estabeleceram na nascente do rio da cidade, nominado Vargem Grande, onde foi fundada uma sociedade quilombola que culminou com duzentos moradores que se refizeram livres. O Quilombo da Vargem Grande, como a Fazenda Quitandinha, estava no percurso do Caminho do Ouro — caminho indígena que foi apropriado pela Coroa por ser mais seguro e mais curto do que outro traçado/usado pelos portugueses. No documento escrito ao governador da época, foi usado o termo “conservar o caminho”. Escolha vocabular astuta para omitir que houve uma apropriação dos conhecimentos dos povos da região.

No antagonismo das escolhas, há as afroinscrições, marcas imateriais que não podem ser omitidas quando o objetivo é fazer o levantamento da origem dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de um território.[4] As afroinscrições que nos permitiram saber sobre o Quitandinha, sobre Petrópolis — espaço que se orgulha de ser formado por colonos, no entanto não contempla em sua história o colono preto.[5]

Trabalhadores africanos e afrodescendentes, altamente qualificados, que por causa dos seus ofícios e tecnologias foram sequestrados e escravizados.

Devido às escolhas inapropriadas e desumanas da historiografia eurocentrada, o significado do trabalhador negro escravizado ou não, na Colônia e no Império, entrou para a história brasileira sempre como sinônimo de trabalho escravizado. Significando desse modo “trabalho de negro”, e, uma vez assim definido, foi compreendido como um trabalho desprovido de quaisquer técnicas e ciências.[6]

Ao constituir ou significar nossa humanidade, nossas artes, nossas tecnologias, estamos em frequente disputa no campo da ciência para restituir a autoria, o que já era pesquisado e praticado no continente africano há séculos. Há termo para isso, “bens de natureza imaterial”, mas, a nosso ver, insuficiente para corroborar nossa intelectualidade diante das artimanhas do racismo.

Faz-se necessário pormenorizar o que foi generalizado ou plagiado, constituindo um avanço para as populações negras, um reparo social, para a própria sociedade brasileira que passa a conhecer mais faces da própria história. Marcas que chamamos de afroinscrições, que nominalizam os protagonismos de africanos e afrodescendentes de ordem intelectual, técnica, científica, religiosa, intervenção urbana, alteração da flora, constituem um ato de contestação às distorções históricas.

Restabelecer a presença e contribuição imaterial dos africanos e afrodescendentes se dá por meio das afroinscrições no Quitandinha. Na *kutanda* que há muito está ali, não desde 1944, mas desde a antiga fazenda, uma das propriedades da família Azevedo Sodré, ponto de apoio dos tropeiros, que levavam cargas de variados matizes para o interior do país e para o Porto da Estrela — local de escoação de mercadorias para a Europa e para capital da província.

Somente no século XIX, a fazenda foi adquirida por D. Pedro I para acomodar os colonos europeus. Era uma fazenda rica, tocada com contingente expressivo de escravizados, de acordo com dois argumentos. Primeiro, o trabalho qualificado de horticultura em terras tropicais já existia antes da execução da suposta colônia alemã; desse modo, se o sinônimo de trabalho era negro, isso aumenta as dúvidas sobre a tese de que os trabalhadores da quitanda seriam brancos, pois historicamente, somente as fazendas ricas tinham vendas. O segundo ponto é sobre os registros do período da Colônia e do Império, que aponta para as atividades de comércio de rua realizado pelos africanos e afrodescendentes. A profissão de quitandeira entrou por meio do povo banto, profissão esta interligada às atividades principais da economia da época, na medida em que foram abastecedoras de alimentos da cidade.

O Quitandinha, um dos hotéis mais famosos do Brasil, por causa das suas idiossincrasias arquitetônicas, por ter sido construído de forma primorosa em três anos, tem, entre muitos atributos, nome de profissão de mulher preta, *kutanda*, nome de um dos ofícios que os africanos trouxeram para o Brasil. Vem do antigo Reino do Dongo, hoje Angola, a *kutanda*, a feira, em quimbundo. *Kitanda* (feira) já foi em português grafada com k, assim como na língua de origem. Deixou de ser porque a violência da exploração também passa pela imposição de uma nova forma de codificar a realidade.

Parece inevitável, e até mesmo um pouco clichê, contar a história da história, mas foi necessário para que pudéssemos apontar as convergências daquilo que de imediato parece divergente. A divergência é um caminho para que os usos que fazemos da história seja um caminho de coexistências e de coerências. É das lacunas da história que saímos da linha do tempo para as curvas e esquinas dos processos históricos. É desses últimos que emergem as outras escritas feitas pelas populações negras e pelos povos originários cujos protagonismos estão inscritos nos lugares, nas pertencas. Somos e continuamos sendo os descendentes dos que pensaram e fizeram este país com suas tecnologias e ciência.

[1] Filipe Graciano é arquiteto e urbanista e especialista em Gestão e Restauro Arquitetônico pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Idealizou e fundou em 2018 o Museu da Memória Negra de Petrópolis. Como coordenador de Promoção da Igualdade Racial na Secretaria de Governo da Prefeitura de Petrópolis, atua assegurando, ampliando e efetivando políticas públicas para a população negra da cidade. Foi presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial nos anos de 2022 a 2024; cocurador das exposições “Afago” (2022), “Um oceano para lavar as mãos” (2023) e “Da Kutanda ao Quitandinha – 80 anos” (2023), no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis (RJ). É ativista social e se inspira na reinvenção de possibilidades a partir da coletividade, integrando projetos que reflitam as vidas de pessoas negras.

[2] Renata Aquino é doutora em Educação na Universidade Federal do Ceará, mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialista em Estudos do Texto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como consultora do Museu da Memória Negra de Petrópolis e orientadora de pesquisas de iniciação científica no Instituto de Ciência e Tecnologia e Inovação de Maricá. É cocuradora da exposição “Da Kutanda ao Quitandinha – 80 anos” (2023), no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis (RJ).

[3] NEVES, Filipe Graciano. “Museu da memória negra de Petrópolis: (re)leituras arquitetônica, urbanística, histórica e museal como mecanismo de autoafirmação da identidade negra na cidade de Petrópolis, RJ”. Monografia em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2021.

[4] AQUINO, Renata. “Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades”. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

[5] QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. *Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geografia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. AQUINO, Renata; CUNHA JUNIOR, Henrique. Petrópolis, um território afrodescendente. In: ANDRADE, Francisco Ari et al. (Orgs.). *Educação brasileira: conceitos e contextos*. Fortaleza: UFC, 2014, v. 1, pp. 334-354.

[6] CUNHA JUNIOR, H. Os negros não se deixaram escravizar: temas para as aulas de história dos Afrodescendentes. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 69:1-10, 2007.